RUFANDO BOMB NEWS Notícias sem rodeios

Quinta-Feira, 05 de Novembro de 2026

Saiba quem são os deputados campeões de emendas liberadas pelo governo

Emendas parlamentares

A Gazeta Pablo Rodrigo

Deputados que são pré-candidatos a prefeito nas eleições deste ano com apoio do governo Mauro Mendes (União) têm tido prioridade na liberação de emendas parlamentares às vésperas do pleito de outubro. Pelo menos é o que demonstra os dados do Portal Transparência do próprio governo do Estado.

Dos 4 deputados que disputam as prefeituras de Cuiabá e Rondonópolis, o maior beneficiado foi o presidente da Assembleia Legislativa (ALMT), Eduardo Botelho (União), que foi escolhido pelo governador como candidato da sigla neste ano.

Dos R$ 23.279 milhões empenhados em emendas do parlamentar, o Palácio Paiaguás já liquidou e quitou R$ 18.757.176,25. Em comparação com o deputado estadual Lúdio Cabral (PT), que concorrerá a prefeitura da capital contra Botelho, o valor é R$ 18 milhões a mais do que o governo pagou ao petista neste ano.

De acordo com os dados do governo, Lúdio teve R$ 7.706 milhões empenhados pela Casa Civil. Destes, R$ 1 milhão foi liquidado e apenas R$ 600 mil pagos. Apesar dos números publicados, o governo mantém o discurso de que contempla todos os deputados, independente se são de oposição ou governista.

Outro favorecimento ao presidente da Assembleia se refere nas emendas de lideranças partidárias. Em pelo menos 10 emendas empenhadas, liquidadas e pagas, o nome do parlamentar aparece como se ele é quem destinou tais recursos.

Já na disputa em Rondonópolis, onde o deputado estadual Thiago Silva (MDB) disputa contra o deputado Cláudio Ferreira (PL), também há vantagem na distribuição de emendas em favor do candidato emedebista, que deverá ter o apoio do União Brasil.

Thiago Silva conseguiu ter R$ 8.330 milhões pagos dos R$ 14.251 milhões empenhados neste ano de suas proposituras. O valor é mais que o dobro do que o governo desembolsou das emendas de Cláudio Ferreira.

Ele já teve empenhados R$ 11.364 milhões até junho deste ano. Porém, foram pagos apenas R$ 3.815 milhões. Conforme a legislação eleitoral, está proibido transferência voluntária da União e Estados nos 3 meses que antecedem as eleições. O 1º turno do pleito municipal está marcado para 6 de outubro.

Ou seja, o governo pagou as emendas até 5 de julho e só poderá retomar os pagamentos após a disputa eleitoral. Os dados do Portal Transparência apontam que o governo pagou neste ano R$ 306.162 milhões em emendas parlamentare